



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 07/2021

----- Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, não presencial, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Vera Alexandra da Costa Simões e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Pelas dez horas , verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 4/2021, referente à reunião ordinária de vinte seis de fevereiro de dois mil e vinte e um. -----

----- Aprovada a ata nº 4/2021, por unanimidade dos presentes com direito a voto (sete presenças). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 5/2021, referente à reunião ordinária de doze de março de dois mil e vinte e um. -----

----- Aprovada a ata nº 5/2021, por unanimidade dos presentes com direito a voto (sete presenças). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 6/2021, referente à reunião ordinária de vinte seis de março de dois mil e vinte e um. -----

----- Aprovada a ata nº 6/2021, por unanimidade dos presentes com direito a voto (sete presenças). -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Quatro milhões, trezentos e vinte mil, seiscentos e setenta e nove euros e sete cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e noventa e seis mil, novecentos e quarenta

e sete euros e sessenta e quatro cêntimos cinquenta cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- Atribuição da Cruz Vermelha de Benemerência à Câmara Municipal de Rio Maior.-

----- O Presidente da Câmara apresentou o assunto para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre o mesmo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo-se ao rastreio de Covid-19, que tinham sido feitos na passada segunda-feira em Rio Maior, questionando o Executivo se tinha havido muita adesão por parte da população se tinha sido fácil a organização relativamente ao tempo de espera, bem como se poderia avançar com os resultados obtidos. Disse que era importante fazer este tipo de rastreio à população e saudou iniciativa, opinando que se deveriam fazer estas ações com mais regularidade e em termos de organização e logística sugeriu fazer este tipo de rastreio de forma móvel, nas freguesias do Concelho.

----- Relativamente ao rastreio que foi feito nas escolas, solicitou informação sobre o ponto de situação a nível dos resultados obtidos. -----

----- Referiu que tinha entrado em vigor o Decreto-Lei número seis, que prevê um conjunto de orientações para a prática de atividade física em grupo, bem como a prática de atividades de baixo, médio e alto risco. -----

----- Disse que estas atividades eram sustentadas pela orientação zero trinta e seis, que foi toda reorganizada e atualizada, através de um grupo de trabalho, e que poderia ser importante para os clubes do Concelho e também para a Desmor, sendo esta orientação fundamental para a prática desportiva. -----

----- Terminou a sua intervenção questionando o Executivo, sobre o ponto de situação, do abatimento de terras na Rotunda da Zona industrial, considerando que já tinha abordado este assunto, e, no entanto, ainda se encontra por resolver. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção manifestando a sua preocupação relativamente à pandemia Covid-19, apresentando a sua solidariedade com a Câmara Municipal e com a comunidade, referindo que o preocupava o facto de Rio Maior ser um dos concelhos com mais casos ativos, e, ainda no seguimento desta semana agitada com reuniões com os Governantes, questionou o Executivo sobre as medidas de contenção e de ação concreta que irão ser tomadas, para travar esta pandemia e para que Rio Maior possa prosseguir o caminho do desconfinamento. -----

----- Referiu que também se percebeu que já foram tomadas algumas medidas, tais como o reforço de policiamento e da fiscalização da ACT, assim como a testagem massiva e o reforço da vacinação. Referiu ainda que quando há necessidades específicas de policiamento, como no Natal e no Ano Novo, são destacadas equipas, opinando que em alguns locais específicos da cidade, em determinados horários, seria importante que as autoridades tomassem essa iniciativa de reforço, apesar dos meios locais da GNR serem escassos, dando conhecimento de uma informação que lhe chegara de que alguns elementos da GNR quando estão fardados têm um comportamento diferente de quando não o estão e sabendo que todas as organizações têm elementos mais proactivos do que outros, deixava o repto para que as forças de autoridade possam estar presencialmente a garantir a segurança e o cumprimento das regras, nomeadamente, neste momento de reabertura das esplanadas, tendo em conta o abuso que estava a acontecer com o não cumprimento do distanciamento, contudo, todos têm de ser responsáveis, quer os empresários, quer os clientes e quando isso não acontece têm de ser as autoridades a intervir.-----

----- Seguidamente reportou-se à estratégia “Portugal 2020/2030” considerando que está a iniciar-se um novo caminho de programação e desenvolvimento e os concelhos terão de definir prioridades e percebera, através das redes sociais, que a Câmara Municipal reunira com diversas instituições representantes dos diferentes setores estratégicos do concelho. Felicitou a Câmara por esta iniciativa de auscultação, contudo lamentava e questionava também porque razão os Vereadores da Oposição, democraticamente eleitos, assim como os Partidos Políticos, não tinham sido convocados para uma reunião para serem ouvidos de forma formal, dado que são forças de intervenção na comunidade. Assim, e porque já se está a pensar no Orçamento para o ano de dois mil e vinte e dois, e à semelhança do Orçamento Participativo Jovem, sugeriu que fosse implementado um Orçamento Participativo, independentemente do escalão etário, aberto à comunidade e à população em geral, à semelhança do que outras Câmaras Municipais já fazem.-----

----- Ainda no uso da palavra questionou o ponto de situação do agendamento e organização dos eventos, apesar de agora as prioridades serem outras, há que perspetivar sempre o futuro e o desenvolvimento concelhio a médio e longo prazo, questionou qual a visão da Câmara Municipal relativamente aos eventos concelhios, nomeadamente, mercados e feiras, “Tasquinhas” e “Frimor”, considerando que essa decisão compete às Câmaras Municipais.-----

----- Seguidamente reportou-se aos Censos 2021, operação estatística de grande relevo, coordenada pelo INE, mas onde as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia têm intervenção, questionando se tudo estava a correr bem.-----

----- Questionou também se já foi tomada alguma decisão sobre a realização das Jornadas da Juventude.-----

----- Finalizou a intervenção deixando uma nota de pesar pelo falecimento de dois políticos de relevância, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Almeida Henriques, com cinquenta e seis anos e que não resistiu ao Covid-19. -----

----- Também uma nota de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Jorge Coelho, que integrou o Governo de António Guterres e que também faleceu de forma inesperada. Recordou que na época vários Ministros e o Primeiro-Ministro visitaram Rio Maior e ajudaram muito o concelho de Rio Maior a trilhar um caminho de desenvolvimento, apoiando e ajudando a financiar alguns projetos em Rio Maior. Um bem-haja por todo esse contributo. -----

----- Às famílias enlutadas endereçou as mais sinceras condolências. -----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao mercado diário que tem agora à disposição de quem o visita cestos-carro para proporcionar mais conforto a quem escolhe o mercado para realizar as suas compras. Aditou que esta não é só mais uma medida de apoio que incentiva à compra no comércio local e que faz parte do pacote de investimentos que se têm realizado, não só ao nível das infraestruturas, mas sobretudo ao nível da promoção daquele espaço e que tanto tem mudado a dinâmica do mesmo.-

----- Referiu ainda que certamente todos concordam que o atual mercado comparado com o que existia há quatro anos não é o mesmo, opinando que os mercados voltaram a ser uma moda e o Executivo tem sabido aproveitá-la.-----

----- Deu também conhecimento que esta semana recebera documentação de três empresas que têm interesse em alugar um espaço de venda no mercado, o que bem reflete o investimento feito e o apoio dado aos produtores locais que está a ter resultados muitíssimo positivos. Referiu ainda o carinho que tem para com aquele mercado e seria um sonho concretizado que no final deste mandato o mesmo apresentasse uma oferta variada, com produtos e produtores de qualidade e repleto de pessoas, objetivo este que considerava estar cada vez mais próximo. Terminou este assunto convidando todos a visitarem o mercado não só para adquirirem os produtos, mas também para perceberem a sua dinâmica. -----

----- Ainda no uso da palavra referiu que Rio Maior também já entrou na moda dos “baloços” e espera que em breve se possa entrar numa nova rota intermunicipal a ser criada, a “Rota dos Baloços”. Também estão a perspetivar uma iniciativa que promoverá o território riomaiorense a que o Executivo decidiu designar como “Desvende este Enigma”, dando como exemplo que quem escolher o baloço das Salinas para tirar uma

fotografia terá acesso a um explicativo sobre como aparece o sal naquela zona, desvendando assim o enigma.-----

----- Informou ainda que está em preparação uma campanha de dinamização *online* de vários espaços com a colaboração de “*influencers*” locais de redes digitais que já se disponibilizaram a trabalhar com a Câmara Municipal, referindo que ao nível do Turismo estão cada vez mais prontos para retomar as atividades.-----

----- Terminou a intervenção referindo que no Conselho Municipal de Juventude, foi considerado unanimemente que neste momento não era uma aspiração dos jovens que a Semana da Juventude se realizasse online, dado que se pretende que este evento seja dinâmico e de festa e como não há condições para que assim seja, foi decidido cancelar a Semana da Juventude e reagendá-la assim que possível.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou o período de respostas às questões colocadas começando por se reportar ao Covid-19, considerando a pressão mediática sobre Rio Maior e reforçou a opinião que já manifestara na Comunicação Social, ou seja, deve manter-se a preocupação porque Rio Maior está incluído no grupo de concelhos com maior índice e como tal um dos que revela maior preocupação, portanto, o Presidente da Câmara não quer nem pode estar alheio a este facto, sendo uma situação que exige de todos muito esforço, recordando que, atualmente, Rio Maior tem cerca de cinquenta casos ativos. A um de fevereiro tinha seiscentos e quarenta e seis casos ativos e nessa altura ninguém falou no assunto, no entanto trata-se de uma situação grave que deve ser contida já, mas também se tem de ser racional e trabalhar de forma muito ponderada para o resolver. -

----- O segundo apelo que fazia era no sentido de que se deveria deixar de fazer política com a desgraça alheia, dado que no campo da suposição, surgem vários tipos de intenções e todas elas com um grande desrespeito pela privacidade e saúde das pessoas. Disse que, na sua opinião, a Saúde é para ser discutida enquanto política, mas a doença não, apesar das opções tomadas poderem ser discutidas e criticadas, contudo as questões de saúde e os casos sociais, não. Frisou que estas questões nada tinham a ver com os presentes na reunião. -----

----- Continuou referindo que a Câmara Municipal não chama a si os assuntos da Saúde, não obstante, colabora em tudo o que for preciso nesta área. Assim, nesse sentido a ação de testagem, pese embora tenha tido todo o apoio logístico da Câmara Municipal, foi promovida pelo Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria. Informou que a capacidade máxima instalada do Centro de Testagem, rondava os noventa testes hora e na sua opinião a adesão a essa testagem, não sendo frustrante, poderia ter sido mais elevada. Informou que foram feitos cento e sessenta testes, contudo a participação é voluntária e a Câmara Municipal teve reportados por parte da Cruz Vermelha, cinco

testes que não eram claramente negativos e que necessitavam de confirmação, não tendo conhecimento oficial do número exato, considerando que são dados exclusivos da área da Saúde.-----

----- Sobre a testagem deslocalizada esta está a ser feita nas unidades fabris com maior número de trabalhadores e nas escolas onde já se realizaram cerca de dois mil testes, referindo também que o tempo de espera foi de cerca de dez minutos.-----

----- Deu ainda conhecimento que se verificou um surto de sete crianças infetadas numa IPSS da cidade, tendo sido testada toda a comunidade escolar, mas também ainda não dispunha de informação sobre a existência ou não de infetados.-----

----- Relativamente à Rotunda na Zona Industrial referiu ser uma situação que o preocupava dado a utilização massiva daquela via e não sendo de fácil resolução já está a ser equacionada a melhor solução para resolver o problema.-----

----- Continuou a intervenção para informar resumidamente o teor da reunião com o Primeiro-Ministro onde teve a oportunidade de agradecer porque não é a divergência partidária que o impede de elogiar a realização da reunião e a abertura demonstrada pelos Governantes e ficou agradavelmente surpreendido e agradecido porque a medida de reforço de policiamento por si sugerida, fora de imediato acolhida e nesse mesmo dia recebeu informação do Comandante Distrital da GNR para ajudarem a identificar os pontos de aglomeração de pessoas de forma irregular, por todo o concelho. Agradeceu mais uma vez a disponibilidade do Governo para resolver esta questão. -----

----- Quanto à programação 2020/2030 que está a ser feita informou que os Vereadores vão ter oportunidade de serem ouvidos, tratando-se de um tema que tem de ser presente aos órgãos autárquicos, Câmara e Assembleia, obrigatoriedade para qualquer Plano Estratégico. Deu conhecimento que ouviram os especialistas das áreas, mas não se deixou de criar meios para que a população de uma forma geral pudesse participar nesta auscultação para se programar o futuro de Rio Maior nos próximos dez anos.-----

----- Relativamente aos eventos referiu que a gestão é feita diariamente, embora já se esteja a planificar a FRIMOR 2021, havendo já contactos desenvolvidos, na esperança que se possa realizar um grande certame, porque em setembro, provavelmente, a imunidade de grupo já será uma realidade. Tem contactado com os Presidentes das Associações que estavam envolvidos nas “Tasquinhas 2020”, que dizem que, nesta fase, não estão disponíveis para a realização do certame ainda que descentralizado. Disse ainda que se Rio Maior se mantiver no topo dos concelhos com um rácio de casos Covid elevado, o Mercado mensal não terá a sua autorização para ser realizado. -----

----- Ainda no uso da palavra e quanto aos Censos informou que reunira com o Coordenador Nacional dos mesmos antes de o processo ter início. Posteriormente decorreram diversas formações na Câmara Municipal para todos os intervenientes no

processo, estando o mesmo a decorrer muito bem. -----

----- Quanto ao reforço policial informou a Vereadora Ana Filomena Figueiredo que a GNR também tem uma listagem de alguns dos locais onde as concentrações acontecem, indo iniciar de imediato a fiscalização a qual se vai prolongar durante a próxima semana. Aditou que, na sua opinião, a fiscalização não pode parar, e terá de se continuar a educar as pessoas para o cumprimento das normas, apesar de todos saberem qual o comportamento que devem adotar, portanto se a função pedagógica não basta, num estado de direito, também tem que haver uma posição mais coerciva, e, nesse sentido, considera que enquanto a esmagadora maioria da população riomaiorense está a cumprir, com sacrifício pessoal, para que tudo corra bem, são sempre os mesmos minoritários a prejudicar o bom trabalho da sociedade como um todo, o que não pode acontecer, daí que, se a pedagogia não resolve, terá de ser as autoridades policiais a intervir.-----

----- Relativamente à sugestão apresentada pelo Vereador Daniel Pinto sobre o alargamento do Orçamento Participativo ao Orçamento da Câmara Municipal referiu que tomara a devida nota.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO**-----

----- De novo no uso da palavra e ainda sobre o Covid-19 referiu que não vira no *website* da Câmara, nem nas redes sociais, a divulgação de forma objetiva da possibilidade existente, no âmbito das medidas complementares de apoio aos setores do comércio, da restauração e bebidas, de isenção de taxas pela ocupação do espaço público com as esplanadas. Opinou que devia estar divulgada essa possibilidade de apoio, no site.-

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** – Referiu que informaria posteriormente sobre a questão colocada, contudo todas as ocupações de espaço público necessitam de licenciamento e quando o pedido é feito é que se efetiva essa isenção.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 16/2021 - REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA CASA POETA RUY BELO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DE GARANTIA BANCÁRIA.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o Despacho n.º 16/2021, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 30 de março de 2021, pelo qual, atentos os fundamentos referidos na informação do Serviço de Contratação Pública emitida no dia 29 de março de 2021, se determinou: -----

----- A concessão da prorrogação de prazo para entrega da caução pelo período dez dias, contados da data do referido despacho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 19/2021 – TRANSPORTES ESCOLARES – SERVIÇO DE TÁXI – ANO LETIVO 2020-2021 – RECOMEÇO DA EXECUÇÃO – LOTE 2.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o Despacho nº 19/2021, de 5 de abril, pelo qual se determinou o recomeço parcial do contrato N.º 58/2020/PS, referente ao Lote 2, ao abrigo do artigo 298.º do Código dos Contratos Públicos, e a notificação, por escrito, do cocontratante para o efeito. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

---- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO I - DESPACHO N.º 20/2021 - REABILITAÇÃO DAS ESCOLAS BÁSICAS INTEGRADAS DO CONCELHO PRONÚNCIA SOBRE OS ERROS E OMISSÕES IDENTIFICADOS PELOS INTERESSADOS | PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o Despacho n.º 20/2021, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 5 de abril corrente, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou: -----

----- A aprovação dos erros e omissões, conforme proposto pelo júri do procedimento da empreitada “Reabilitação das Escolas Básicas Integradas do Concelho”, nos termos da alínea b) do n.º 5 do art. 50.º do Código dos Contratos Públicos; -----

----- A aprovação das retificações às peças do procedimento da empreitada em apreço, nos termos da mesma disposição legal; – A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, pelo período de 16 (dezasseis) dias contados da presente notificação aos interessados; -----

----- A publicitação imediata da decisão em plataforma eletrónica bem como à publicação de aviso em Diário da República. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO II – AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CICLO: ANO LETIVO 2020/2021 | ADITAMENTO AEFPCS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a transferência de verba referente a auxílios económicos ao 1º ciclo, ao Agrupamentos de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, no valor de 33,60€, (trinta e três euros e sessenta).

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- PONTO III - PEDIDO DE CERTIFICAÇÃO DE REUNIÃO DE REQUISITOS PARA DESTAQUE DE PARCELA | CHÃOS | ALCOBERTAS - RIO MAIOR| PROC.º Nº 255/2020. ---

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 6336 de 05/04/2021, e informação técnica com o registo n.º 17431, de 15/12/2020, e de acordo com o requerido, certificar que, se comprova a reunião de requisitos para efeitos de destaque de uma parcela com 1.240,00m2 do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 5141/20171122 e inscrito na matriz predial com os artigos, rústico 101 da secção AF e urbano 1224, ambos da freguesia de Alcobertas. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- PONTO IV - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS – ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de alteração dos Estatutos da EPRM, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 22.º-A da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----

----- Ainda sobre este ponto leu os fundamentos relativos à proposta apresentada: “A pertinência da alteração de estatutos é fruto da visão da empresa face aos novos desafios que têm surgido e justifica-se pela necessidade de diversificar as fontes de financiamento, ampliar a tipologia dos públicos-alvo e do plano de intervenção, reforçando assim a componente de desenvolvimento organizacional, o enriquecimento da estrutura de formação e reforço da capacidade instalada na EPRM, alargando-se assim a área operacional da EPRM para a formação profissional. A alteração proposta depende, nos termos dos estatutos em vigor, da prévia aprovação da Câmara Municipal de Rio Maior e posterior aprovação da Assembleia Municipal”. -----

----- O Vereador **João António Lopes Cadoso**, ausentou-se da Sala de Reuniões. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Referiu-se ao número quatro do artigo quarto dos estatutos da Escola Profissional de Rio Maior aprovados em dois mil e treze, referindo que no mesmo dizia que a

atividade da Escola Profissional estava “confinada”, acrescentando que a Escola Profissional em dois mil e treze já estava confinada ao seu território e ao seu concelho.

----- Disse que concordava totalmente com a referida alteração e que a mesma não deveria ser necessária, uma vez que era elementar. Questionou o Executivo sobre quem teve a iniciativa de promover a alteração e quem assinou a proposta, porque no documento apresentado consta um conjunto de considerandos, não estando perceptível quem os propôs. -----

----- Continuou manifestando a sua felicidade, por perceber que a Escola Profissional de Rio Maior, está a procurar trilhar um caminho de especialização na área da formação de ativos, acrescentado que o entristecia profundamente que no seu concelho, não tenha havido nos últimos anos, uma intervenção ao nível da formação profissional, e que nenhuma entidade pública ou privada tenha trabalhado este eixo, considerando que houve uma falha grave de relacionamento e de interação e trabalho colaborativo entre a Câmara Municipal, a Escola Profissional e a Associação Empresarial e Comercial do Concelho de Rio Maior. Disse que desejava que esta falha fosse corrigida e que através desta alteração dos Estatutos os limites da Escola Profissional possam ser desconfinados, expandindo os limites de ação ao “mundo”. -----

----- Disse que também concordava com a alteração da questão processual deixar de ser submetido à Câmara Municipal e passar a ser submetido à Assembleia Municipal, porque é o Órgão de coordenação global de toda a ação, deixando um bem-haja pela alteração proposta. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que alguns aspetos já tinham sido focados pelo Vereador Daniel Pinto, nomeadamente de quem ou de que instituição parte a proposta de alteração dos Estatutos da Escola Profissional de Rio Maior. -----

----- Opinou que a “pedra de toque basilar”, da alteração de Estatutos não se prende com a formação de ativos, porque também lhe parecia que esse já era um objetivo, apesar de nos últimos anos não terem sido realizadas formações de curta duração para os ativos do tecido empresarial existente no Concelho de Rio Maior. -----

----- Continuou dizendo que há alguns anos atrás este tipo de formação já era feita, e que o Vereador Daniel Pinto, tinha várias vezes alertado e sugerido que a Câmara Municipal retomasse essa formação de ativos, considerando que já constava dos Estatutos e também fazia parte do seu leque de intervenção. -----

----- Acrescentou ainda, que esta alteração dos Estatutos se prendia, com dois pontos o primeiro político, que na sua opinião também estava correto – alteração da questão processual, passando também a ser submetida à Assembleia Municipal, com a qual

concorda e subscreve. O segundo ponto, que não era da sua concordância e com o qual agradece uma maior clarificação, passando a citar: “nas alterações propostas no artigo quarto a EPRM, (Escola Profissional de Rio Maior), tem como objeto o ensino e a formação profissional” acrescentando que foi alargado o seu leque de ação e uma intervenção que poderá ser virada para o ensino. -----

----- Ainda no ponto dois do mesmo artigo citou: “a EPRM, pode exercer atividades acessórias ou complementares e não excluídas por Lei, entendendo-se como tal a atividade relacionada com alínea a) o Ensino a Educação e ou a Formação”. -----

----- Na alínea b) “... é a preparação dos seus educandos para integrarem o mercado de trabalho” também já era função da Escola Profissional. Sobre o Ensino disse que era abrangente e que não fechava portas, o que era excelente. Contudo, solicitou que fosse clarificado o que se podia entender por uma maior abrangência, dado que tinha suscitado dúvidas. -----

----- Relativamente aos Planos de Intervenção Formativa, na área das formações de curta duração e ao de Intervenção direcionado para os próprios colaboradores da Escola Profissional, considerou que abriria portas a outros que quisessem usufruir dessa formação. -----

----- Concluiu referindo que a citação de alguns aspetos constantes na alteração aos Estatutos se prendia com dúvida relativa à assunção de competências na área da Educação, porque não estava explanado na fundamentação dos documentos a possibilidade de articulação. Então, questionou se está prevista alguma articulação com as Escolas do Ensino Básico, para completar e criar um projeto “Piloto”, para que houvesse uma maior promoção do sucesso da população jovem com o intuito de promover não só o sucesso educativo, mas também a diminuição do abandono escolar. -----

----- Questionou também se havia alguma estratégia articulada de vias alternativas para alguns jovens poderem completar com sucesso pleno e efetivo, e, posteriormente, integrarem a comunidade como elementos ativos e criadores de riqueza pessoal e local, pois a escolaridade obrigatória é até ao 12^a ano. -----

----- Terminou a intervenção referindo que a atual prática das escolas, não só locais, mas também a nível Nacional, visam muito um ensino regular estandardizado que não dá grandes alternativas e possibilidades para que haja uma adequação desse ensino a alunos e jovens que têm outras aspirações para além dos conteúdos meramente académicos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para esclarecer algumas questões colocadas e sobre a assunção de competências na Educação disse que já tinham sido assumidas pela Câmara Municipal, no entanto, as competências pedagógicas da Câmara Municipal de Rio Maior não fazem

parte do leque. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo Vereador Daniel Pinto, sobre a necessidade da presente alteração dos Estatutos, disse tratar-se de uma obrigatoriedade para a Câmara poder deliberar e posteriormente remeter à Assembleia, para proceder à alteração dos Estatutos e para se poder alterar o objeto e o tipo de trabalho a desenvolver pela Empresa. -----

----- Sobre quem tinha apresentado a referida proposta de alteração aos Estatutos, disse que esta proposta era do Conselho de Gerência da EPRM, razão pela qual não tinha que ser personificada em ninguém, porque era uma proposta dos Órgãos da Escola Profissional, que felizmente tinha uma boa auscultação por parte da Direção Pedagógica e dos seus acionistas que estão diretamente representados no citado Conselho de Gerência. Continuou dizendo que após a discussão política sobre a Escola Profissional, foi logo iniciado o enriquecimento do caminho da Escola Profissional e que este era mais um passo que se pretende dar nesse sentido. -----

----- **JOÃO UNIÃO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para responder as questões colocadas, nomeadamente sobre a necessidade de alteração dos Estatutos da EPRM e disse que os antigos Estatutos tinham como objetivo principal o Ensino Profissional, e embora a formação profissional fosse dada de uma forma acessória ou pontual, neste momento existe uma unidade orgânica para dar essa formação profissional de uma forma sistémica, por conseguinte, a necessidade da alteração dos Estatutos será para que realmente se consiga perceber que dentro da comunidade e dentro da Escola a formação profissional irá ser equiparada ao ensino profissional, sendo este o principal objetivo para a alteração dos Estatutos. --

----- Justificou também que as unidades de curta duração eram dadas de forma pontual, e embora se pense no futuro continuar a dar essas unidades de formação, porque são financiadas, a Escola irá ter como foco principal a realização de formação especializada dirigida para as Empresas e à medida das suas necessidades, onde haverá pacotes de formação consoante as necessidades das entidades. Esta iniciativa não existe no mercado e pretende-se aproveitar essa área para explorar e de uma forma geral formar a população regional de uma forma consistente, continua e com formação de qualidade.-

----- Sobre a questão dos cursos de formação para além da formação regular, disse que numa reunião recente com a CIMLT, (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo), tinha obtido informação que houve uma concertação com diversas escolas e que esta formação iria ficar de forma descontinua, acrescentando que era uma lacuna que se poderia explorar, no entanto, a Escola não tem o “Know How” de trabalhar com este público, contudo no futuro seria uma situação a analisar, porque quanto mais oferta

houver disponibilizada, melhor será para o Município e para os cidadãos de uma forma geral, no entanto, neste momento a Escola não irá investir neste tipo de formação mas sim na formação continua de ativos.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio de novo para dizer que relativamente à formação (CEF) - Cursos de Educação e Formação, já se sabia que ia acontecer, uma vez que deixaram de ser subsidiados e o Ministério da Educação deixou “cair” esta formação que até há bem pouco tempo era financiada pela União Europeia. -----

----- Continuou propondo que se tentasse junto da Tutela, neste caso do Ministério da Educação, fazer uma parceria onde haveria uma primeira preparação ou encaminhamento para uma via profissionalizante, pegando no histórico dos (CEF), em que a parte técnica dos diferentes cursos seria lecionada pelos formadores da Escola Profissional e a componente geral poderia ser ministrada pelos docentes do quadro do Ministério da Educação das escolas da área. Disse que esta proposta exigia muito envolvimento e trabalho das partes, contudo o “não” estava sempre garantido.-----

----- Disse ainda que teria uma hipotética vantagem de haver alunos mais felizes, porque para alguns o ensino regular não lhe diz nada, verificando-se um grande desfasamento entre as suas realidades, as suas vontades e o ensino regular, e, assim veriam satisfeitas muitas das suas potencialidades, por outro lado seria também uma forma de preparar um possível encaminhamento de futuros alunos para o Ensino Profissional. -----

----- Ainda no uso da palavra disse que esta questão poderia ser uma “pedra no charco”, no ensino em Portugal, parecendo-lhe que, por parte das Escolas e da maioria da população, seria bem acolhido, e, possivelmente, outros concelhos seguiriam este caminho. Seria também uma forma do Município exercer as suas competências na área da Educação, porque essas competências não são meramente gestoras da parte económica e funcional, mas também podem ir muito além. -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que a referida proposta vem no âmbito do que já tem vindo a ser falado nas reuniões de Câmara, porque os modelos do ensino e da aprendizagem têm vindo a ser transformados já há alguns anos e o perfil do aluno, neste momento, já não é tão restrito à competência do saber, mas também o saber ser e o saber estar. -----

----- Continuou dizendo que começam a aparecer bases para se poder traçar linhas orientadoras e ainda que a gestão das competências seja mais administrativa ou mais do ponto de vista da gestão económica, se se olhar factualmente, os Municípios já têm

neste momento um papel sobre o ensino nos seus concelhos. -----

----- Disse ainda que acreditava que era possível mobilizar quem está no terreno, para trilhar outros caminhos de facto é que os Estatutos estavam a enclausurar o âmbito da ação da Escola a Rio Maior, e o campo de ação era muito finito, e com esta alteração irá ser aberta essa barreira, e, tendo também o suporte de toda a legislação que tem vindo a ser publicada, será possível trilhar novos caminhos para a EPRM e para a educação em Rio Maior, deixando assim de ter os polos tão fixos e a oferta deixar de ser tão específica e passar a ser global, para o acesso de todos. -----

----- Terminou dizendo que todos têm a ganhar com a alteração dos Estatutos, que pode parecer formal e redundante para quem está de “fora”, porque deixou de ser Ensino Profissional e passou a ser Ensino, Educação e Formação Profissional, no entanto quem está dentro destas matérias sabe que faz toda a diferença esta abertura dos Estatutos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V - INSTRUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020 | ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos do artigo 32.º dos Estatutos da Sociedade, mandar o seu representante na Assembleia Geral da Escola Profissional de Rio Maior, com voto favorável à aprovação do Relatório e Contas do ano de 2020. -----

----- Esclareceu que a Câmara Municipal de Rio Maior tem representação no Órgão deliberativo da sociedade, a Assembleia Geral, e para a aprovação do Relatório e Contas do ano transato, o representante terá que estar mandatado para votar em conformidade com a deliberação do Órgão Executivo. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **MARTA CARVALHO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio dizendo que na elaboração do Orçamento do ano 2021, já estavam previstos os números do fecho do ano de 2020, que rondaram cerca de duzentos e cinquenta mil euros de prejuízo, disse que era o reflexo da diminuição do número de alunos e que tem vindo a descer consecutivamente e também do corte dos quinze por cento do financiamento.-----

----- Continuou dizendo que nestes números ainda não estavam refletidas as mudanças na estrutura dos recursos humanos ocorrida no último trimestre do ano, nem as novas políticas de expansão da atividade EPRM, que já começaram a ser planeadas no ano de dois mil e vinte, no entanto sé serão visíveis e sentidas nos exercícios seguintes,

possibilitando resultados mais favoráveis e viabilizando o futuro da Escola. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que no seguimento da intervenção da Dr.^a, Marta Carvalho, e sobre a aprovação do Orçamento da EPRM, no ano de dois mil e vinte já estava previsto a assunção de prejuízo no Relatório de Contas, e, sendo este um documento administrativo e técnico, necessita de aprovação. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio referindo que, tal como no ano passado, quando foram convocados a pronunciarem-se sobre o Relatório de Contas e de Gestão da EPRM, terá de se tecer um conjunto de considerações que são positivas e elogiosas para a EPRM, no seu todo, e que no seu percurso de cerca de trinta anos, tem feito um trabalho admirável. Recordou que a Escola resultou de um enorme sonho que visava ter uma perspetiva de ensino e de aprendizagem, como a Vereadora Ana Filomena Figueiredo, frisou, em que os jovens encontrassem um caminho de materialização dos seus sonhos e a inserção no mercado profissional, ou seja, um saber fazer. -----

----- Continuou dizendo que a Escola nasceu nesse contexto e com essa visão, fez o seu percurso, entretanto os cenários transformam-se, competindo às Organizações terem a capacidade e visão de agir e tomar iniciativas de liderança. -----

----- Parabenizou toda a equipa da EPRM, professores, funcionários e formadores, realçando que nos últimos dois anos os ânimos sobre o assunto EPRM, foram um pouco conturbados, no bom sentido, porque, esta é a dialética normal e desejável do ponto de vista democrático, trocar impressões em conjunto independentemente dos ideais políticos, e assim tem-se encontrado soluções de interesse para o Concelho e também para a região, porque a EPRM, serve uma região. -----

----- Ainda no uso da palavra disse que, em conjunto com a Vereadora Vera Simões, têm conversado muito sobre a questão da EPRM, e que o sentimento que tinham era de tristeza e desilusão com o seu rumo, também todas as evidencias que tinham recebido, os entristecia muito. -----

----- Continuou dizendo que muitas ações não foram tomadas originando toda esta situação difícil no âmbito financeiro e de gestão, considerando que tudo isto não se deve só a ameaças do exterior e a situações de contexto demográfico, porque a Câmara Municipal em conjunto com o Conselho de Gerência da EPRM, deviam ter tomado um conjunto de iniciativas, e procurar outros caminhos, no sentido da materialização de projetos muito concretos de especialização ao nível da consultadoria e formação Empresarial, em estrita sintonia com a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior. Também deveriam ter procurado o eixo da internalização com captação de alunos internacionais, nomeadamente com os PALOPS (Países Africanos de Língua

Oficial Portuguesa), e também com a interação das Escolas Básicas Integradas, no sentido de uma orientação e sensibilização para a importância do ensino profissional. Disse ainda que felicitavam todo o trabalho que tem sido desenvolvido, mas, de alguma forma, manifestavam a sua incerteza, insegurança e tristeza, pelo facto de nos últimos anos a EPRM, ter evidenciado uma perspectiva de futuro um pouco sombria. -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Interveio dizendo que o Vereador Daniel Pinto, tinha feito uma intervenção aprofundada sobre a questão da EPRM, pelo que apenas iria colocar uma questão relativamente à certificação legal das contas, referindo-se às demonstrações orçamentais que passou a ler: “não podemos emitir uma opinião sobre as demonstrações orçamentais da EPRM, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em conformidade com as normas Internacionais de auditoria e de mais normas e orientações técnicas e éticas da ordem dos revisores Oficiais de Conta, por não terem sido preparadas as referidas demonstrações orçamentais nos termos previstos na norma de contabilidade pública”, solicitou esclarecimentos sobre a presente questão.--

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio referindo que tinha algumas dúvidas que gostaria que fossem esclarecidas nomeadamente, a transferência que a Câmara Municipal aprovou no mês de dezembro no valor de cerca de seiscentos mil euros para a EPRM, relativa à comparticipação do valor dos quinze por cento, que ainda não tinha sido transferida, questionando se a mesma se referia a anos anteriores. -----

----- Questionou também, se para o ano de dois mil e vinte um, a Câmara Municipal estava a pensar cobrir a sua parte de responsabilidade relativa aos quinze por cento, sendo que numa reunião anterior, tinha focado o número dois do artigo terceiro da Portaria 60C de dois mil e quinze, que estipula o seguinte: “quando os beneficiados das operações sejam ... outras entidades integradas no setor público e empresarial a contribuição pública nacional é por si suportada conforme o previsto no número três do referido artigo”. -----

----- Disse que continuava sem perceber se a entidade pública, neste caso a Câmara Municipal, teria que suportar este valor ou se esse valor competia aos três sócios. -----

----- Continuou dizendo que devido à falta de alunos os financiamentos têm diminuído, e também os alunos que frequentam a EPRM, tem vindo a decrescer, contudo, a Escola Secundária atingiu os objetivos definidos pelo Governo Português para o ensino profissional, que era uma frequência de cinquenta por cento. Mais uma vez, e na senda do que tem sido dito, é necessário desenhar novos caminhos e novas ofertas para inverter esta tendência financeira da escola. -----

----- Questionou mais uma vez o Executivo sobre o referido financiamento, se é

competência da Câmara Municipal ou competência das três entidades sócias. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio, dizendo que a Câmara Municipal estava obrigada a cobrir o prejuízo das suas sociedades participadas, e, portanto, quando existir o momento de vir a este Órgão a cobertura e a assunção de prejuízos, relativamente ao ano transato e à semelhança do que foi feito em relação à cobertura de imparidades da empresa, que foram assumidas pelo Município, também este ano será igual. Informou que os outros sócios também são obrigados a fazer a cobertura dos prejuízos. -----

----- Disse ainda que por parte da Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior, foram levantados alguns problemas, nomeadamente com a inclusão de uma ação em Tribunal, no sentido de clarificar a necessidade da Associação cumprir com as suas obrigações. Aditou que, segundo informação de que dispunha, nenhuma das Associações que detêm cada uma dez por cento do capital social da EPRM, fizeram ainda a cobertura dos seus prejuízos, e estando o processo a decorrer em Tribunal, e até que o mesmo esteja findo, provavelmente, nenhuma das Associações irá fazer a assunção de prejuízos, facto que se continua a aguardar. -----

----- Continuou respondendo às questões colocadas pelo Vereador Daniel Pinto, referindo que a política é feita pelas Instituições e as pessoas que as compõem influenciam a posição para a resolução de problemas. Falou em seu nome e em nome do Executivo que tinha a honra de liderar, dizendo que sempre tinham dado provas, e, que, inclusivamente também tinha sido reconhecido por todos, a frontalidade que tiveram de encarar os problemas, e, sendo Presidente da Câmara há um ano e meio, referiu que este problema foi imediatamente levantado e encarado de frente. -----

----- Agradeceu as palavras proferidas, em que finalmente a EPRM, se encontra a trilhar caminho no sentido de se poder resolver o problema da EPRM, um problema sistémico, independentemente de quem o criou, mas que tem de ser alterado, e acrescentou que enquanto for Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, terá sempre a mesma postura determinada, de resolução e de diálogo para que os problemas nunca sejam escondidos, mas sim abordados para serem resolvidos: -----

----- Relativamente à insegurança e tristeza que o Vereador Daniel Pinto referiu, disse que tinha percebido a quando da realização da Assembleia Municipal exclusivamente dedicada ao tema e infelizmente está a ser percorrido o caminho pelo qual tinha argumentado na referida Assembleia. Disse que queria ter esperança e não ser negativista, referindo que a fase que a EPMR, está a passar neste momento era com certeza o caminho para o crescimento, porque, ao abrigo da Lei cinquenta a Escola tem três anos para mostrar que conseguirá inverter as contas, e, caso isso não aconteça, o seu destino será aquele que a Assembleia Municipal assumiu e a Câmara Municipal

respeitante da democracia aceitou essa decisão e está a fazer o caminho possível para inverter essa mesma decisão. -----

----- Continuou dizendo que todos deveriam ser realistas e ter a noção de que se as condições da EPRM se mantiverem como estão hoje e se não se conseguir inverter as contas, a situação da Escola ficará muito mal, no entanto, esta situação será sempre da responsabilidade de quem tomou as decisões que tomou. -----

----- **MARTA CARVALHO** -----

----- Interveio para responder a algumas questões colocadas, começando por falar sobre o parecer emitido pelo Revisor, que resulta apenas de problemas informáticos devido ao COVID-19, ou seja, a partir de janeiro de dois mil e vinte, a Escola passou a ter a normalização contabilística do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas), e também os programas tiveram de ser alterados com migração de ficheiros e dados e também algumas formações que deveriam ter sido dadas e não foram, no entanto, na altura não foi possível, ou seja, o programa informático existente não está a dar as respostas para os relatos orçamentais. -----

----- Disse ainda que estão a ser feitos todos os esforços para cumprir os relatos financeiros que foram apresentados e que têm relevância, no entanto, os relatos orçamentais da parte do SNC-AP, o programa não está a corresponder, porque devido ao COVID-19, há muitos atrasos e ainda não estão a conseguir dar resposta, verificando-se muitos problemas de migração de dados, resultando daí a apresentação de dados tal como estavam nos anos anteriores e que foram analisados pelo ROC (Revisor Oficial de Contas), que deu parecer favorável, no entanto, agora fez esta ressalva. Disse ainda que estão a fazer todos os possíveis para que se consiga corresponder ao SNC-AP, o mais breve possível, e pensam que a partir do próximo mês do maio a situação comece a regularizar e que no final do próximo ano se possa apresentar todos os dados de acordo com o novo normativo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria dos presentes**, com **quatro votos a favor e três abstenções** dos Vereadores Daniel Pinto, Vera Simões e Ana Filomena Figueiredo. -----

----- **Declaração de Voto da Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstive-me, porque continuo sem perceber a abrangência do disposto no número dois do artigo terceiro da Portaria 60-C/2015, e ainda acrescido com as explicações do Senhor Presidente, quando fez referência que os sócios tinham obrigações relativas a cobrir os incumprimentos, aos quais chamou prejuízos. Eu não chamaria prejuízos, porque no fundo parece-me que é um incumprimento, não é bem prejuízo, e que fez referência ao código das sociedades privadas, das empresas privadas, ora se isto é

uma empresa publica, tem de se reger pelo código da Lei de financiamento das empresas públicas. Continuo com as mesmas dúvidas pelo que me absteve”. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Daniel Pinto, subscrita pela Vereadora Vera Simões**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Optamos pelo sentido de abstenção neste documento de Prestação de Contas, porque sendo este um documento de informação contabilística e financeira, e que revela a dificuldade financeira que a Câmara Municipal tem tido, resultado da diminuição de alunos, o decréscimo de alunos e consequente diminuição da receita ao nível dos subsídios por turma e também ao nível dos quinze por cento da comparticipação nacional dos Fundos Comunitários, isso é um facto, mas consideramos também que este documento revela opções de gestão, e opções de gestão que não estão aqui evidenciadas, e, como temos vindo aqui a dizer nos últimos tempos mais recentes, que a Escola Profissional também está a ser vítima de decisões que não tomou, de ações que não realizou, e, portanto ao nível de temáticas tão importantes e tão relevantes, como aquelas que agora, sim, finalmente, a Escola parece que está a prosseguir para o futuro, mas que no passado não foram uma realidade ao nível da formação de ativos, de formação continua, da captação de alunos internacionais e de uma interação maior com o mundo do Empresarial e com a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior”.-----

----- **PONTO VI - RELATÓRIO E CONTAS 2020 | DESMOR, EM SA** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos do número 2 do artigo 9.º dos Estatutos da DESMOR, EM, S.A., mandar o seu representante na Assembleia Geral da empresa, com voto favorável à aprovação do Relatório e Contas do ano de 2020. -----

----- A Câmara Municipal de Rio Maior tem representação no órgão deliberativo da empresa, a Assembleia Geral, e para a aprovação do relatório e contas do ano transato, o representante terá que estar mandatado para votar em conformidade com a deliberação do órgão executivo. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Iniciou a sua intervenção, começando por cumprimentar a Dr.ª. Diva Cobra, parabenizando-a e deixando também um reconhecimento por todo o trabalho que tem feito. -----

----- Disse que o ano que passou tinha sido muito difícil, sobretudo para a prática desportiva, com um impacto enormíssimo devido ao COVID-19. -----

----- Continuou dizendo que sabia que a Dr.ª Diva, para além de toda a logística de

preparação para receber atletas, tinha tido muitos problemas relacionados com a vinda dos mesmos, aliás, situação que atualmente ainda se coloca, tendo em conta o Despacho número três mil trezentos e cinquenta e oito, que impõe muitas reservas para a entrada de atletas em Portugal, sem terem de fazer o isolamento profilático de catorze dias, situação esta complicada para a DESMOR, que tem alguma projeção Internacional, com acordos e protocolos com entidades internacionais, e por conseguinte, foi um impacto e um constrangimento atroz. -----

----- Relativamente ao relatório e ao nível de receitas próprias, houve uma quebra de cerca de doze por cento, dizendo que acreditava que esta quebra não tenha sido maior, devido à articulação que foi possível ter entre a DESMOR, a Autarquia e o Governo, com o intuito de minorar os impactos. Mais uma vez disse que reconhecia todo o trabalho que foi feito, na adaptação e ajustamento da situação. -----

----- Acrescentou que relacionado com as funções que exerce, tinha muitas vezes ouvido dizer que o Centro de Estágios de Rio Maior, tinha um processo de isolamento e um plano de contingência muito bom, e por isso Rio Maior já estava credibilizada a esse nível. Disse ainda que, obviamente, houveram constrangimentos, no entanto, acredita que irão surgir outras oportunidades e a DESMOR, deve olhar para o futuro e encontrar outras formas e estratégias para serem ainda mais atrativos e poderem promover-se, utilizando as questões da inovação e outras atividades que também são possíveis de fazer para além daquelas que já são realizadas. -----

----- Continuou referindo-se à questão do fornecimento da eletricidade e água, estarem na mesma rubrica. Disse que sabia os constrangimentos que existem com esta questão e que já tinha sido explicado o porquê desta situação e, não pretendendo fazer política com esta questão, no entanto, o seu sentido de voto está apenas relacionado com a essa questão, porque, no seu entender, deveriam estar diferenciados. -----

----- Terminou a sua intervenção agradecendo o trabalho que tem vindo a ser feito na pessoa da Dr.^a Diva Cobra, e desejar que se consiga projetar ainda mais as instalações e os serviços da DESMOR. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio dirigindo um cumprimento à Dr.^a Diva Cobra, agradecendo também o documento que tinha sido apresentado para prenuncia, dizendo que o espírito de análise que tinha mantinha-se um ano depois da última votação. Disse que o desporto em Rio Maior é um motivo de orgulho para todos, assim como saber que Rio Maior trilhou um caminho e decidiu apostar numa estratégia de especialização inteligente do desporto para alavancar a região e o Concelho. -----

----- Continuou dizendo que a criação da Escola Superior de Desporto, a DESMOR, o Centro de Estágios e toda esta dinâmica baseada na economia do desporto e também

no turismo desportivo, era um motivo de orgulho para todos. -----

----- Disse que a DESMOR faz o seu trabalho e a gestão das instalações, no entanto opinou que que a Câmara Municipal de Rio Maior tinha sido esvaziada nas suas competências e nos seus conteúdos na área do desporto, porque enquanto outras Câmaras a nível nacional, têm um departamento na área do desporto, Rio Maior tem uma área tão forte que se criou uma Empresa Municipal, e apesar do desporto ser um pelouro de um Vereador na Câmara Municipal, estava a faltar um entrosamento de liderança e de orientação superior na temática do desporto. -----

----- Continuou dizendo que a empresa DESMOR, centra-se muito no seu objeto principal, que é a gestão das suas instalações, dos equipamentos desportivos, dos seus públicos e clientes, que são os atletas de alto rendimento, que frequentam as instalações, que têm que pernoitar, consumir e utilizar os espaços desportivos, mas isso é o que se espera que a DESMOR faça, esse é o básico elementar que a DESMOR enquanto empresa Municipal tem de fazer. -----

----- Opinou que estava a faltar um fomento estratégico de iniciativas que possam catapultar Rio Maior para um outro patamar, sentindo que estava em falta uma ambição maior, entre a DESMOR e a Câmara Municipal, e que deveria haver também uma supervisão do Presidente da Câmara Municipal e do Vereador que tem o pelouro do desporto, ambicionando para Rio Maior, projetos maiores. -----

----- Continuou dizendo que já tinha apresentado ideias muito concretas para criar uma Cidade Europeia do Desporto, um Festival de Cinema Desportivo, que pudessem catapultar Rio Maior para um nível de estrelato e de enorme diferenciação à escala Nacional ou Europeia, porque, quando se fala deste tipo de projetos de ambição, inovação e criatividade, e, presando muito todo o trabalho desenvolvido pela DESMOR, os passos que tem sido dados com a construção dos campos de Padel e Ténis e também a cobertura dos campos, eram passos muito curtos e pequenos para a ambição que a DESMOR e a Câmara Municipal deveriam ter para o desporto em Rio Maior, sempre com uma logica integrada com a Escola Superior de Desporto. -----

----- Referiu-se a outra ideia que estava por concretizar ao nível editorial, nomeadamente o plano do Desporto e da Cultura e o Plano das novas tecnologias que acabam por se cruzar, dizendo que estava a faltar essa visão e a sua materialização. Também o livro da historia do desporto em Rio Maior, e ainda na área editorial, o livro do impacto da Escola Superior de Desporto e também do Centro de Estágios “vinte anos de Centro de Estágios e Desporto de Alto Rendimento em Rio Maior”.-----

----- Continuou a intervenção referindo que estavam a faltar momentos de afirmação Nacional e Internacional destas realidades, considerando que estava a faltar ambição e capacidade de materializar projetos ao nível da inovação e criatividade em Rio Maior. -

----- Terminou dizendo que era sensível a todas as dificuldades que se estavam a passar, uma situação aflitiva e muito difícil para todos aqueles que estiveram na linha da frente com a gestão dos equipamentos e procurando sempre as melhores soluções, no entanto, tudo correu muito bem, inclusivamente, com o Comité Olímpico do Brasil, mas, ainda assim, a Câmara Municipal teve de cobrir mais de duzentos mil euros, que a somar aos seiscentos mil euros do contrato programa, totaliza cerca de novecentos mil euros. Realçou mais uma vez a necessidade de Rio Maior trilhar outros caminhos de inovação e criatividade. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

-----Interveio para dizer que quando via documentos ou assuntos na Ordem de Trabalho das Reuniões de Câmara sobre a DESMOR, recordava sempre uma célebre Assembleia Municipal, que se realizou há alguns anos, e na altura existia a “Coligação Juntos pelo Concelho”, que era oposição. -----

----- Esta Coligação apresentou a sua visão e as suas críticas, consideradas positivas ou negativas e apresentou também alguns argumentos relativos à gestão dos equipamentos, porque nessa altura ainda não existia a Empresa, que foi constituída no primeiro mandato da Dr.^a Isaura Moraes, congratulando-se com esta alteração que veio beneficiar as instalações e toda a atividade ocorrida, sendo certo que a mesma empresa, e de acordo com as palavras do Vereador Daniel Pinto, deixou de permitir uma maior intervenção por parte da Câmara Municipal, o que na sua opinião era irrelevante. Lembrou que na altura houve uma interlocução muito calorosa entre dois Deputados um do PS (Partido Socialista) e outro da Coligação, dizendo que foi um momento que nunca irá esquecer. Referiu ainda que o Vereador Lopes Candoso também esteve presente e o então Presidente da Câmara Municipal, Dr. Silvino Sequeira, defendeu a opção política tomada e para fundamentar essa opção política chamou o saudoso Albino Maria, que defendeu a posição de gestão tomada na altura. -

----- Continuou dizendo que sempre tinha feito parte do grupo sético que criticou os custos que estas instalações e o desenvolvimento das mesmas iriam acarretar para a Câmara Municipal, no entanto, foi criada esta Empresa Municipal, com o objetivo de a tornar autónoma financeiramente e dotada de uma equipa de especialistas técnicos para diversificar e impulsionar a sua atividade e fazê-la crescer, tendo contribuído para isso a Dr.^a Diva e o seu antecessor, que marcaram a posição e a opção política tomada no primeiro mandato da Dr.^a Isaura Moraes, embora na altura ser voz corrente que a Câmara Municipal tinha muitos gastos com a DESMOR. -----

----- Disse que esta alteração foi uma opção tomada na altura, no entanto, e como o Senhor Presidente referiu, “agora” teríamos que decidir e atuar sobre o presente e deixar o passado”, dizendo que partilhava da mesma opinião, contudo a apresentação das

contas desta entidade que muito presava e que considerava que tem feito muito e contribuído para uma organização desportiva do Concelho de Rio Maior, de uma forma profissional, muito embora ainda não consiga espelhar de forma correta as suas contas.-

----- Recordou que há um ano atrás já se falou das contas relativas ao fornecimento de água e o Senhor Presidente tinha dito que se estava a trabalhar nesse sentido e também falou que, enquanto fosse Presidente da Câmara Municipal, não iria suportar os custos demasiado avultados, na ordem de um milhão de euros, apenas para dotar a DESMOR, de contadores para medir a eletricidade. -----

----- Continuou dizendo que não a repugnava que o Município de Rio Maior suportasse os custos com o fornecimento de eletricidade, no entanto deveria assumir, tal como já o fez numa Assembleia Municipal, que era a Câmara Municipal que suportava os custos, assim como agora também deveria vir explanado que esse custo é suportado pela autarquia. -----

----- Terminou a sua intervenção fazendo referência ao Relatório de Contas apresentado e aos os Orçamentos da DESMOR, que nunca espelham o investimento nas grandes manutenções dos equipamentos ou na construção de novos equipamentos, porque, basicamente, continuam a ser executado pelo Município. Deveria também ser assumido que a DESMOR é uma Empresa Pública, que tem as suas responsabilidades, que desempenha o seu papel, gere o que tem a gerir, mas a Câmara Municipal continua a suportar uma “grande fatia” dos custos desta Empresa. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio agradecendo os elogios feitos pelos Vereadores Vera Simões, Daniel Pinto e Ana Filomena Figueiredo, sobre o trabalho desenvolvido pela DESMOR, porque sentir que uma Empresa que é posse da Câmara Municipal no seu capital social e nas suas contas, é elogiada, é sempre motivo de grande orgulho. -----

----- Continuou dizendo que o trabalho que Rio Maior tem feito através da DESMOR, e que já é altamente reconhecido a nível Nacional e muito reconhecido a nível Internacional como uma empresa e uma instituição de excelência, apenas é reconhecido no exterior, porque para Rio Maior continua a ter mais debilidades do que forças, opinião que o entristecia muito. -----

----- Relativamente aos fornecimentos de água e eletricidade, disse que as palavras que tinha utilizado na altura eram as mesmas que voltava a utilizar e que são as seguintes: “recuso-me a gastar um milhão de euros do erário público a menos que seja obrigado pelo Tribunal, porque este milhão de euros só permite medir, não nos permite poupar, porque se permitisse poupar eu estaria na frente desta decisão, portanto se o Tribunal me obrigar, cumpridor que sou da Lei ,não farei outra coisa senão obedecer, não sendo obrigando, recuso-me a fazer este gasto”. -----

----- Esclareceu também que a manutenção da DESMOR, é feita por uma equipa própria por administração direta, portanto aquilo que esperavam ver de custos de manutenção muitos deles estão em empreitadas próprias e outros repartidos entre a compra de bens para a equipa de manutenção. Esclareceu ainda que os custos e investimentos são da responsabilidade do Município, nomeadamente a construção do segundo campo de Padel e a cobertura dos campos. -----

----- Ainda no uso da palavra recordou que era do tempo em que a DESMOR, era gerida de forma amadora e que tinha as portas fechadas todos os dias, abrindo apenas para momentos especiais. Também era do tempo dos gestores voluntários que ganhavam provavelmente o dobro em despesas de representação, do que a Dr.^a Diva ganha hoje de ordenado, portanto não é sério dizer-se que a gestão da DESMOR, hoje é feita de forma descuidada ou que não tem feito o seu trabalho. Acrescentou ainda que, também era do tempo em que a DESMOR, era como é hoje, um custo para Rio Maior, no entanto, é um custo que traz muitos benefícios, por isso fez um elogio, ao Dr. Carlos Coutinho e disse que não pensassem que não se juntava ao PS, no elogio ao Dr. Silvino Sequeira, pela escolha feita, esclarecendo que já tinha tido oportunidade de lhe dizer várias vezes, pessoalmente, que não concordava com algumas opções que foram tomadas, mas relativamente ao desporto ninguém pode negar que o Dr. Silvino Sequeira pôs o desporto em Rio Maior e com isso Rio Maior no mapa, por isso o seu reconhecimento político à pessoa em questão. -----

----- Continuou dizendo que tinha pena que os Senhores Vereadores, em algumas das intervenções que fazem, refletem desconhecimento do trabalho da DESMOR, porque a vinda do Comité Olímpico Brasileiro para trabalhar na DESMOR, não se pode dizer que correu bem, porque foi fantástico e todo o trabalho que está a montante desta situação, quer seja da Câmara Municipal, ou seja principalmente da DESMOR e dos membros do Governo, que trabalharam abnegadamente, para que o desporto corresse bem em Portugal, sendo Rio Maior visto como um esteio de capacidade de organização e de liderança no mapa desportivo Português. -----

----- Disse que a Vereadora Vera Simões e o Senhor Secretário de Estado, foram muito importantes para se poder viabilizar este acordo, acrescentando que a referida equipa não foi para o Jamor, Braga, Porto ou Lisboa, escolheu Rio Maior e este trabalho só foi possível com uma gestão profissionalizada, com capacidade de atratividade, divulgação e gestão que só a DESMOR, profissionalizada consegue. -----

----- Ainda sobre este assunto referiu que a Câmara Municipal cujo “core business”, não é a gestão de instalações desportivas, porque não tem “Know-how”, mas salientava o trabalho conjunto feito com a empresa Municipal, tendo definido o que pretendem na política desportiva para o Concelho de Rio Maior. -----

----- Disse ainda que revelavam desconhecimento do trabalho desenvolvido pela DESMOR, quando não enaltecem o trabalho que é feito com os Clubes, com a disponibilização das instalações e dos técnicos, bem como o crescimento desses mesmos clubes. Acrescentou que tinha pena, que em “vez de sermos embaixadores do que nos pertence, tenhamos comportamentos de “carrascos”. -----

----- Continuou dizendo que não podia admitir por bem, que o Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, o Presidente da Federação Portuguesa de Natação, o Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo e o Dr. José Manuel Constantino do COP (Comité Olímpico de Portugal), elogiassem a excelência de Rio Maior, e depois, ouvir dizer na presente reunião, que existe falta de ambição, que se brinca ao desporto e que falta o envolvimento da Câmara. Dirigiu-se ao Vereadores dizendo que discordavam politicamente e que estavam nas antípodas do que é a opinião relativamente à DESMOR. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com quatro votos a favor e três abstenções dos Vereadores Daniel Pinto, Vera Simões e Ana Filomena Figueiredo. -----

----- **Declaração de Voto da Vereadora Ana Filomena Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Quando vejo documentos ou assuntos para a Ordem de Trabalho das Reuniões de Câmara com DESMOR, recordo sempre e vou partilhar convosco uma célebre Assembleia Municipal, que talvez tenha ocorrido no ano de dois mil e três/ dois mil e quatro, também se bem me recordo em abril, em que na altura era a “Coligação Juntos pelo Concelho”, que era oposição, em que a coligação apresentou a sua visão e as suas críticas, podendo ser consideradas positivas ou negativas e apresentou os argumentos relativos à gestão da altura destes equipamentos, que como é do conhecimento de todos, ainda não era Empresa constituída como Empresa, o mesmo só tendo acontecido no primeiro mandato da Dr.^a Isaura Morais, e que bem procedeu a esta alteração que só veio beneficiar as próprias instalações e toda a atividade ocorrida, sendo certo que a mesma empresa, também, e como disse o Vereador Daniel Pinto, deixou de permitir ou continuará a permitir, contudo uma maior intervenção por parte da Câmara Municipal.--

----- Para mim é irrelevante, mas vem a “talho de foice”, lembro-me que na altura houve uma interlocução muito calorosa entre dois Deputados, um do PS (Partido Socialista) e outro da Coligação, é um momento que nunca vou esquecer e o Vereador Lopes Candoso também estava presente, e o então Presidente da Câmara Municipal, Dr. Silvino Sequeira, defendeu a opção política tomada e para fundamentar a opção política chamou alguém que é por todos nós respeitado que é o saudoso Albino Maria, que defendeu a posição de gestão tomada na altura. -----

----- Sempre fiz parte do grupo sético que criticou os custos que estas instalações e o desenvolvimento das mesmas tinham, para os encargos que acarretavam para a Câmara Municipal, foi criada esta Empresa Municipal, com o objetivo de a tornar autónoma financeiramente e dotada de uma equipa de especialistas técnicos para diversificar a sua atividade, impulsionar e fazer crescer, tudo bem, concordo, a Dr.^a Diva e o seu antecessor têm contribuído fortemente para que isso tenha vindo a dar crédito, a marcar a posição e a opção política tomada no primeiro mandato da Dr.^a Isaura Morais, mas continua, e na altura era voz corrente, que a Câmara Municipal gastava muito dinheiro com o desporto, com a DESMOR e era voz comum em qualquer esquina. -----

----- Esta alteração foi uma opção da altura, foi opção, e como disse o Senhor Presidente quando respondeu ao Vereador Daniel Pinto, relativamente à EPRM, fez referencia que agora tínhamos que decidir e atuar o presente e deixar o passado, é verdade, concordo consigo, contudo esta decisão e a apresentação das contas desta entidade que muito preso, que considero muito e que tem contribuído para uma organização desportiva do Concelho de uma forma profissional, ainda não consiga espelhar de forma correta, no meu entender Senhor Presidente, as contas desta Empresa Pública, pois recordo que há um ano o Senhor Presidente, quando falámos nas contas, na apresentação das despesas relativas ao fornecimento de água e o Senhor Presidente disse que estava a trabalhar nesse sentido e que já vêm espelhadas, e também falou que “tirem daí o sentido que a Câmara Municipal enquanto eu for Presidente, não gastará um valor tão avultado que rondaria um milhão de euros dotar a DESMOR, de contadores”. -----

----- Ora bem, eu não me repugnava nada que o Município de Rio Maior suportasse os custos de eletricidade, é que não me repugna nadinha, agora que o assuma, que o Senhor já o fez uma vez em Assembleia Municipal, que era a Câmara Municipal que suportava os custos, agora também venha explanado que esse custo é suportado pela autarquia. -----

Entretanto também fazer referencia, e não é de hoje, que o Relatório de Contas apresentado ou mesmo os Orçamentos da DESMOR, nunca espelham o investimento nas grandes manutenções dos equipamentos ou a construção de novos equipamentos, porque basicamente isso continua a ser feito pelo Município. -----

----- Eu gostava de ver as coisas, posso estar enganada posso ter feito uma leitura errada, contudo assumamos todos que a DESMOR é uma Empresa Pública, que tem as suas responsabilidades, desempenha o seu papel, gere o que tem a gerir, mas que a Câmara continua a suportar uma grande fatia dos custos desta Empresa”. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Daniel Pinto, subscrita pela Vereadora Vera Simões**, que se transcreve na integra: -----

----- “ Felicitamos o trabalho da DESMOR e elogiamos o trabalho de toda a equipa da DESMOR, que têm vindo a realizar no desenvolvimento da prática desportiva e da prática desportiva de alto rendimento, em Portugal, trabalho esse que tem impacto Regional, Nacional e até Internacional como bem sabemos, mas optámos pelo sentido de voto na abstenção para lembrar que há todo um caminho de inovação e criatividade e de mais ambição que a DESMOR, em sintonia com a Câmara Municipal, deveriam prosseguir. -----

----- Com este sentido de abstenção também queremos lembrar o que dissemos durante alguns anos e que faço questão de reforçar, que a Câmara Municipal tendo sido esvaziada em termos de organização interna, na sua estrutura orgânica, de um departamento ou de uma divisão na área do desporto, talvez mereça da nossa parte uma reflexão sobre isso mesmo, e, que o nosso concelho que é o que está em causa é o nosso concelho, sendo certo que estamos a aprovar um documento de gestão de uma empresa Municipal que é a DESMOR, mas convém realçar também que o que está em causa é o nosso concelho, e nós somos eleitos, somos políticos e temos que nos pronunciar, não exclusivamente, e apenas e só, perante um documento de gestão de uma empresa, mas também o que está em causa é a política desportiva do nosso concelho, por isso optamos por este sentido de voto pela abstenção. -----

----- O Vereador **João António Lopes Cando**, regressou à sala de Reuniões de Câmara. -----

----- PONTO VII - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TÁXI | AEFCPS - ANO LETIVO 2020/2021.-

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a adjudicação da prestação de serviços de transporte em Táxi para aluna com dificuldade de locomoção, para o percurso Rua da Fonte Santa -EB Fernando Casimiro Pereira da Silva, ao abrigo de um procedimento de ajuste direto – regime simplificado, nos termos dos artigos 128.º e 129.º do Código dos Contratos Públicos, ao concorrente Táxis Luís M. C. Santos, Lda., pelo valor de 448,00€ (quatrocentos e quarenta e oito euros), valor com iva incluído-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- PONTO VIII - AQUISIÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS – PROCESSO N.º 46/2021/CP – ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação emitida pelo Serviço de Património e respetivo parecer do Senhor Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Financeira, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: ----

----- A abertura de procedimento de concurso público ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e 131.º do Códigos dos Contratos Públicos (CCP), com vista à contratação de serviços para a Aquisição de Apólices de Seguros, pelo preço base de € 381.077,61€ (trezentos e oitenta e um mil setenta e sete euros e sessenta e um cêntimos), isento de IVA.. -----

----- Designar, nos termos do n.º do art.º 67.º do CCP, como membros do Júri do procedimento: -----

----- Presidente: Jorge Fróis Colaço, Chefe de Divisão da UPGF; -----

----- Vogais: Anabela Cardoso Santos Leal, Técnica Superior Judite Frazão Duarte Leitão, Técnica Superior; -----

----- Suplentes: Ana Maria Bernardino carreira, Assistente Técnica Ana Margarida Braz Caramelo, Técnica Superior; -----

----- Delegar no Júri do procedimento, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69.º, conjugado com a alínea a) do n.º 5 do art. 50.º, ambos do CCP, a prestação de esclarecimentos às peças do procedimento; -----

----- Aprovação das peças do procedimento, incluindo a minuta do anúncio em Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do n.º 2 do art. 40.º do CCP; -----

----- Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, designar a Técnica Superior, Judite Frazão Duarte Leitão, como gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. -----

----- Na sequência da proposta apresentada esclareceu que os seguros eram um serviço que estava incluído num Acordo-Quadro da Comunidade Intermunicipal, no entanto, o serviço prestado pelo mediador era muito parco na sua qualidade, na opinião do Executivo. Opinou que os seguros deveriam ter “cara”, porque muitas vezes a facilidade de trato e a ligação umbilical de quem providência o serviço de seguros faz toda a diferença, entre o conforto de um trabalhador ou a melhoria de um bem, ou meramente, um serviço impessoal e distante. -----

----- Assim, e por decisão do Executivo, em Conselho Intermunicipal, a Câmara Municipal informou a Comunidade Intermunicipal que Rio Maior não pretendia continuar neste Acordo-Quadro e que a Câmara Municipal iria deixar de trabalhar com a CIM, neste caso em particular. -----

----- Disse ainda que se lhe perguntassem qual seria a sua preferência diria que a melhor solução seria um mediador de Rio Maior, mas, obviamente, que o concurso público não pode ser cingido exclusivamente a pessoas de Rio Maior. -----

-----No entanto, o objetivo é que exista primeiro um concurso publico que seja atribuído a uma seguradora e posteriormente Rio Maior possa fazer a escolha com o mediador

da seguradora adjudicante do concurso, e se possa atribuir um mediador para Rio Maior. Disse que este procedimento tinha alguma urgência, porque a trinta e um de junho terminavam os contratos de seguros com a Comunidade Intermunicipal, este caderno de encargos será bastante denso e precisará por parte das empresas uma análise demorada. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para lembrar que fazia parte desta riqueza democrática, concordar e discordar em função dos temas específicos que são apresentados. Disse que o então Vereador Augusto Figueiredo era contra esta suposta “mafia” dos contratos adjudicados através de plataformas eletrónicas, porque nunca sabia muito bem a que empresas se referiam e como chegavam os contratos, e muitas vezes inviabilizava o acesso de proximidade das empresas para apresentarem as suas propostas, situação esta válida para os seguros, mas também para a aquisição de géneros alimentares para as Escolas e também para outro tipo de aquisições. -----

----- Reforçar que, supostamente são dadas economias de escala nacional ou internacional, mas nem sempre isso é mais económico, e, muitas vezes o “barato sai caro”, portanto cada vez mais esta lógica que está em cima da mesa de contratação pública de aquisição de bens e serviços é uma lógica de proximidade por diversas razões, inclusivamente de sustentabilidade e ambientais, e a sustentabilidade não é só ambiental, é também uma sustentabilidade económica e social. -----

----- Terminou saudando esta decisão do Executivo, dizendo que ao ver este ponto na Ordem de Trabalhos, pensou se iriam novamente continuar com os contratos da plataforma eletrónica da CIM, manifestando que não iria votar favoravelmente este ponto se assim continuasse, porque, cada vez mais, é necessário olhar para uma gestão de proximidade, dando possibilidade a outro tipo de Empresas que não têm acesso a estas plataformas que muitas vezes são processos mais exigentes e mais burocráticos intencionalmente, por conseguinte, um bem-haja por esta decisão que lhe parecia adequada. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para felicitar o Executivo pela decisão tomada, porque de facto muitas vezes a Câmara Municipal, debatia-se com mais constrangimentos do que facilidades, para acionar os seguros. -----

----- Terminou reportando-se à transferência de competências da Educação e questionou o Executivo se também tinham passado para a Autarquia os seguros escolares. -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Interveio para responder à questão colocada pela Vereadora Ana Filomena

Figueiredo, dizendo que os referidos seguros não tinham passado para a autarquia, continuando com a DGEstE, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que a Câmara Municipal enquanto Entidade Pública, está sujeita ao código de contratação pública e nem sempre era possível resolver determinados assuntos no âmbito local, sendo este um desses casos, dado que haverá um concurso público de âmbito internacional. -----

----- Disse que o Vereador Daniel Pinto, utilizou a expressão de “mafia”, no entanto percebia o sentido da palavra utilizada., porque também não tinha dúvidas que tem havido ao longo do tempo um aproveitamento das formalidades da contratação pública, e que também conseguia identificar alguns fenómenos de cartelização, relativamente aos seguros, e quanto maiores são os concursos mais densos são os seus procedimentos, portanto, neste sentido, a Câmara Municipal achou por bem mudar o tipo de procedimento que tinha até então.-----

----- Agradeceu também as palavras de reconhecimento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – CONTRATOS-PROGRAMA DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO - 2020/2021 – PROPOSTA.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar o mapa de apoios ao movimento associativo do concelho constante da informação n.º 8/SALMA /2021 e a respetiva minuta de contrato-programa, referente à época 2020/2021, aplicados que foram os critérios definidos pelo regulamento de Apoio ao Associativismo Riomaioense, publicados em Diário da Republica com o n.º 298/2020, de 26 de março. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio dizendo que vinham para aprovação os Contratos-Programa de Apoio ao Movimento Associativo, quer seja desportivo, de juventude ou cultural. Salientou que estes eram os primeiros Contratos-Programa nos termos do novo Regulamento, que tinha como objetivo acertar calendário, ou seja, estes contratos referem-se à época 2020/2021, pretendendo-se acertar o calendário, para não se continuar com um ano em atraso como era habitual. -----

----- Referiu ainda que este era um dos pontos mais importantes do novo Regulamento, com a adaptação a novas realidades permitindo fazer as escrituras no início de cada época por forma a apoiar o movimento associativo no momento em que mais precisa. Disse ainda que foram feitas duas candidaturas durante o ano 2020 e estavam com um

ano de atraso de acordo com o Regulamento em vigor. -----

----- Referiu que o Movimento Associativo, tal como a Sociedade em geral, encontra-se a viver momentos muito difíceis devido à Pandemia que condicionou muito o trabalho a desenvolver, neste sentido, a proposta para os Contratos-Programa para 2020/2021, terá um aumento de dez por cento, totalizando cento e vinte e três mil euros. Lembrou também que no ano transato tinha havido um aumento, em termos globais, de cerca de vinte e três por cento, em relação aos valores que as Associações se candidataram a receber no ano anterior. Disse que este esforço pretendia minorar os problemas que as Associação estão a viver, juntando ainda a estes apoios, os apoios para obras e para atividades pontuais, assim como a isenção de IMI que também já foi aprovada. Salientou que os apoios ascendem a mais de duzentos e setenta mil euros para a o ano 2021. ---

----- Finalizou a intervenção referindo que o Conselho Municipal do Desporto e da Juventude, em reunião, deram parecer positivo por unanimidade, e acrescentou que esta situação era muito importante porque os membros de ambos os Conselhos manifestaram o seu agrado pelo esforço que a Câmara Municipal fez, porque em momentos de dificuldades, não esqueceu o Movimento Associativo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para agradecer a todos os voluntários do Movimento Associativo, que se encontram a viver uma grande crise, mesmos antes de haver Pandemia, então num ano como o que se está a viver, o esforço tem sido muito maior, no entanto, continuam a levar o Movimento Associativo prá frente dando o seu melhor para que Rio Maior tenha um excelente Movimento Associativo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X - ISENÇÃO DAS TAXAS RELATIVAS A OCUPAÇÃO DE ÁREA EM ESPAÇO PÚBLICO | REGIME EXCECIONAL NO ÂMBITO DA PANDEMIA DE DOENÇA COVID 19. ---**

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, no âmbito das medidas de apoio do combate às consequências económicas resultantes da pandemia da doença COVID-19 e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua redação atual redação: -----

----- Conceder a isenção das taxas referentes ao pedido de ocupação de espaço público com uma unidade móvel para venda de produtos alimentares, para o dia 10 de abril de 2020, bem como a conceder a isenção das taxas a futuros pedidos de ocupação de espaço público, efetuados durante o ano de 2021 para o mesmo efeito, a Carla Alexandra Diogo Vilela, carecendo os mesmos de autorização prévia, nos termos do Regulamento de Publicidade, Outras Utilizações do Espaço Público e Mobiliário Urbano do Município de Rio Maior. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Interveio para reforçar as palavras que tinha dito no período antes da Ordem do Dia, porque fez uma simples pesquisa nas redes sociais e no *website* da Câmara Municipal e não viu uma chamada de atenção para esta possibilidade, sendo certo que esta informação foi tornada pública e as Empresas e os comerciantes terão conhecimento desta possibilidade, no entanto, seria importante haver um reforço de comunicação nas redes sociais e no *website*. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

-----ENCERRAMENTO-----

----- Quando eram doze horas e trinta e seis minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____